

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

---

VIROLLEAUD (Charles) — *Légendes de Babylone et Canaan*. Maisonneuve. Paris. 124 pp., 23 figs. Coleção "L'Orient Ancien Illustré", publicada sob a direção do autor.

DUPONT-SOMMER (A.) — *Les Araméens*. Maisonneuve. Paris, 124 pp., 16 figs. Coleção "L'Orient Ancien Illustré", publicada sob a direção de Charles Virolleaud.

A França de após-guerra já deu bastante provas de que o seu alto nível cultural ficou intacto através de tôdas as perturbações. Assim, a "Grande Nation" tanto na pesquisa como na difusão cultural apresenta-se outra vez com contribuições singulares. As duas brochuras no domínio dos estudos da história da antiguidade oriental testemunham o alto nível, a simplicidade, a clareza, a nitidez e, ao mesmo tempo, a modéstia com que se trabalha. Em 124 páginas de texto, ilustradas com bom material de clichês, é fornecida uma seleção adequada, reduzida estritamente ao essencial, com disposição clara e explicações curtas e concisas. Entretanto, não me parece feliz a idéia de se reunir em um único folheto dois grupos de mitologias, aliás bastante diferentes uma da outra, como as dos mundos babilônico e cananeu. O próprio diretor desta coleção *L'Orient Ancien Illustré*, Charles Virolleaud, promete na introdução geral, para o futuro, tratar destes dois temas importantes mais uma vez e em separado.

Não se pensou em criar um manual que pretendesse ser completo, nem em promover pesquisas e discussões especializadas dentro do próprio tema e sim, finalidade que aliás foi alcançada, dar uma espécie de balanço do assunto aos historiadores interessados nas origens da civilização, domínio que hoje em dia atingiu alto grau de especialização, em vista do rico material de descobrimentos que cada vez mais tende a aumentar os nossos conhecimentos da antiguidade oriental. A coleção *L'Orient Ancien Illustré* conquistou a cooperação de especialistas qualificados, com os quais a França sempre tem contado para, em forma monográfica, informar acerca do nível atual dos nossos conhecimentos a respeito de povos e culturas tão diferentes, como por exemplo os sumeros, os hititas, os cananeus, os hebreus, os assírios, etc.

O diretor da referida coleção desculpa-se, pretextando motivos de ordem técnica, pelo fato de não ter conseguido reunir as diversas contribuições em um único volume, onde os capítulos se sucederiam cronologicamente. Desculpa desnecessária, pois do ponto de vista metodológico e pedagógico o atrativo desse trabalho reside justamente no fato de ser a matéria de cada especialidade transmitida em uma pequena obra, em si estruturada e abrangida.

Com muita clareza são descritas as origens da mitologia babilônica (própriamente caldaica) e historiadados os nossos conhecimentos a respeito da mesma: os mitos da criação do mundo (Marduk, Tiamat etc.), a grande epopeia de Guilgamesh, em tôdas as suas variações e variantes. Bem sucedido também

---

(1). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

o capítulo dedicado à personalidade de Ishtar. Em uma segunda parte que devia, como já mencionamos, constituir uma brochura por si só, trata-se dos famosíssimos achados de Biblos e de Rash-Shamra-Ugarit. Sem demorar-se nos detalhes de interpretações ainda discutidas, o autor apresenta, em linguagem clara, as lendas de Daniel (Daniel bíblico) e os seus paralelos com Ezequiel 28, 3, os poemas de Rash-Shamra em geral, o nome divino de El (também no Velho Testamento), o vulto mitológico de Baal. Percebe-se que esses assuntos são desenvolvidos afim de atrair também a quem se ocupe com questões do Velho Testamento e da filologia hebraica, assim como a quem procure paralelos com o primeiro, seguindo o exemplo pioneiro fornecido por Alfred Jeremias (*Das Alte Testament im Lichte des Alten Orients*). Como é óbvio, o autor cuida de descrever as interdependências entre as diversas culturas e mitologias orientais, uma vez que se tratam de territórios sob forte influência egípcia e ao mesmo tempo também não deixa de delinhar os limites desse processo. Assim ele cita e apresenta as divindades Astarte e Anat do meio egípcio e os seus paralelos ugaríticos nos deuses da morte e do mar, o culto de Adonis-Venus de Biblos e a semelhança com o de Astarte etc. Finalizam-se esses capítulos, ricos de notas bem fundadas, com o estudo de controvertidíssima questão: até que ponto é admissível pretender que semelhanças entre as mitologias egípcia e fenícia — no tema da vida futura, por exemplo — cheguem à base das coisas ou sejam meros paralelismos superficiais, como se afirma no caso das relações entre o Aton egípcio e o Adonis fenício? Acha o autor, com franqueza, que o material arqueológico existente não é suficiente para resolver esse problema e, preconiza que seria inadmissível desprezar a influência do meio babilônico, já que foi um território de cruzamento de culturas.

O segundo folheto apresenta uma tentativa, aliás muito bem sucedida, de descrever o curso da história dos arameus, sua civilização e sua ramificação. Como os israelitas, seus parentes, apareceram tarde no Oriente antigo, em fins do segundo milênio, tendo se restringido o seu papel político a poucos séculos, com estados pouco coesos, sem conseguir organizar um império de primeiro plano. Mas a sua influência na civilização antiga e na criação de interdependências culturais foi relevante, em vista de terem vivido em territórios bastante extensos. São aproveitados três tipos de documentos: bíblicos, inscrições cuneiformes assíricas e inscrições arcaicas. E a indispensável crítica dos mesmos nunca se perde em discussões exageradas, comuns em se tratando de um assunto que abrange séculos e lugares bastante diferentes e que é um domínio vasto e ao mesmo tempo pobre e incerto em documentação.

Sete capítulos tratam dos seguintes temas: 1.º as primeiras invasões (14.º até 12.º séc.); 2.º o florescimento dos estados arameus (sécs. 11 e 10) na Alta Mesopotâmia, na Síria Meridional (Damasco) na época post-Tel-El-Amarna; 3.º o despertar da Assíria e o recuar do poder político arameu (séc. 9); 4.º vicissitudes e fim dos estados arameus (séc. 8); 5.º as tribos aramaicas em Babilônia (sécs. 9-7); 6.º e 7.º a língua aramaica e a sua expansão e a civilização aramaica (suas artes):

Ao capítulo que descreve as inscrições mais conhecidas, segue-se a explicação da escrita empregada. No oeste ela foi diretamente emprestada do fenício e quase não se distingue mais o alfabeto de vinte e duas letras em uso na Fenícia desde o segundo milênio. Mas quando os povos arameus se radicaram na Mesopotâmia (sécs. 10 e 9); não usavam ainda idioma escrito como língua literária. Por isso os príncipes emprestavam das regiões onde se tinham estabelecido as respectivas escritas, isto é, o cuneiforme da Mesopotâmia e o alfabeto fenício da Síria. Bem explicada também é a dispersão dos povos arameus e a sua conseqüência: criação de um sem-número de dialetos que se poderiam chamar o inglês da antiguidade, por terem sido idiomas internacionais. Tenhamos em mente que, a exemplo do que aconteceu com os seus deuses, os arameus legaram ao mundo, por vários séculos, a sua língua. Ela se tornou, de certo modo, a língua oficial do império persa e o idioma popular em substituição ao hebraico na Palestina; também os Targumins (traduções anti-

gas da Bíblia do Velho Testamento) e os Talmudins foram nela redigidos; e, em documentos rabínicos, até hoje está ela em uso tradicional. Jesus pregou em aramaico e é muito provável que, originalmente, os três primeiros dos quatro Evangelhos fôsem escritos naquele idioma também. Em ilhas linguísticas do Líbano e na Igreja Maronita ainda hoje está em uso, sem ter sido sufocado pelo árabe (1). No império romano, por exemplo, encontrou fervorosa adoração Atargatis, a "deusa siríaca". Através da língua e dos ritos deixaram os arameus os seus vestígios na história das grandes civilizações humanas.

Estão de parabens os responsáveis por essa coleção e aguardamos com grande interesse as suas futuras publicações que, acreditamos, alcançarão o mesmo bom êxito dos primeiros folhetos. Ela vem ao encontro de uma real necessidade.

FRITZ PINKUSS

---

PRÉAUX (Claire). — *Les Grecs en Égypte d'après les archives de Zénon.*  
Office de Publicité, S. C., Bruxelles, 1947, 91 págs.

Camponeses egípcios, realizando excavações no Faium, em 1914, encontraram enorme quantidade de papiros que foram, em seguida, vendidos a diversos interessados em tais antiguidades. Em virtude disto tais documentos, integrantes do arquivo de Zeno, intendente de Apolônios — tesoureiro geral de Ptolomeu II Filadelfo —, foram dispersos e estão hoje fazendo parte de coleções pertencentes aos museus do Cairo, Londres, Paris, Atenas, Nova Iorque, Florença, Heidelberg, Manchester, Madison (Wisconsin) e Ann Harbor (Michigan). Tal material, de enorme importância para a reconstituição histórica do Egito helenístico e, particularmente, de Filadelfia em meados do século III a. C., foi aproveitado, em primeiro lugar, por Rostovtzeff, no seu trabalho "A large Estate in Egypt in the third Century B. C." (University of Wisconsin Studies in the Social Sciences and History, n.º 6, Madison, 1922) e, naturalmente, constituiu uma parte significativa das fontes de que se utilizou o mesmo autor para a composição de sua famosa "The social and economic History of the Hellenistic World". Claire Préaux serviu-se, aliás, daquele primeiro trabalho de Rostovtzeff para a reconstituição da vida dos gregos no Egito segundo os arquivos de Zeno, e Rostovtzeff, por sua vez, durante a elaboração da sua segunda obra acima referida, teve oportunidade de ler, ainda nas provas tipográficas, o livro que o prof. belga consagrou à economia real dos Lágidas (Bruxelas, 1939). A relação entre os dois especialistas é interessante porque constitui, por si só, uma excelente recomendação para o pequeno volume publicado pela coleção Lébègue e intitulado "Les Grecs en Égypte d'après les archives de Zénon."

O objetivo do Autor é enunciado na sua introdução: revelar, por meio dos mencionados documentos, a obra realizada no Egito pela primeira geração de gregos chegados ao país após a conquista macedônica, examinando, de um lado, a maneira pela qual foi explorado o solo do vale do Nilo e, de outro, a ação da antiga civilização egípcia sobre os conquistadores. No desenvolvimento do trabalho podemos distinguir quatro partes: as duas primeiras, constituindo uma espécie de introdução, abordam generalidades a respeito do encontro dos papiros, da economia do Egito durante o governo dos primeiros Lágidas e do próprio Zeno, sua personalidade e suas relações com sua pátria, a Cária; da pág. 15 em diante o Autor descreve a exploração do domínio de

---

(1). — Descrição da múltipla ramificação do aramaico fornecemos à página 20 da nossa *Gramática Hebraica*, Editora Anchieta, São Paulo, 1948.

Filadelfia e, à pág. 67, assim se expressa: "Jusqu'à présent, nous avons essayé de reconstituer la vie matérielle du domaine. Il reste à saisir le jeu des intérêts et des sentiments qui animent cette société." Com isto passamos à quarta e última parte do volume.

Na realidade, não acreditamos que o Autor tenha alcançado o seu objetivo de fazer uma separação da matéria tal como anuncia à pág. 67, porquanto o que temos é sempre a vida econômica descrita cuidadosamente através dos documentos deixados por Zeno e as abundantíssimas referências a estes e a outros papiros demonstram-nos, de maneira suficientemente clara, o processo segundo o qual foi realizado o trabalho em questão. Os títulos dos capítulos (curtos e de leitura bastante cômoda), são significativos pela falta de pretensão com que se apresentam: "La culture intensive", "La vigne", "Les arbres fruitiers", "Le bois", "La pêche", "La chasse", "L'apiculture", "Le tissage", "Les constructions publiques et privées", etc. São setôres da vida material que vão surgindo diante dos nossos olhos e dando ensejo a uma série de problemas dos quais apenas alguns merecem a atenção do Autor. Outrossim, destes capítulos pode-se inferir um sem número de traços da vida da população, do "jôgo dos interesses e dos sentimentos", a despeito da separação da matéria enunciada expressamente à pág. 67. Assuntos como a dificuldade de conseguir-se moradia (pág. 42), a organização de uma espécie de "trust" de cerâmica por Zeno (pág. 45), as greves de trabalhadores rurais (pág. 51) e muitos outros, encontrados a cada passo, dariam margem a um desenvolvimento bem maior da última parte do trabalho, que ficaria, assim, bem mais interessante do que como se encontra, constituída apenas por 18 páginas, das quais tudo o que diz respeito aos escritórios de administração da "dôrea" (págs. 74-79) deveria, a nosso ver, estar participando da descrição da vida material da região. Parece-nos, aliás, que este é o ramo de preferência do Autor, que, aí, nos satisfaz perfeitamente; salta-nos à imaginação um quadro econômico do Egito Lágida dos primeiros tempos, descrito com inegável habilidade e revelando familiaridade completa com as fontes, no qual a vida coletiva e a vida privada se entrelaçam, como, por exemplo, na opressão fiscal e nos esforços realizados pelos contribuintes para escaparem ao tão bem organizado fisco lágida. Merece especial destaque o modo como é tratada a política mercantilista do Egito, com seus administradores procurando intensificar as exportações e reduzir as importações (págs. 20-21), o que levava à preocupação de obter no local vários produtos estrangeiros, ao desenvolvimento dos meios de transporte e a um violento protecionismo alfandegário: 25% para o mel grego, 20 a 50% para queijos, móveis, esponjas, frutos, etc. (págs. 37, 57-58). É também posto em relêvo o problema da fixação da população rural ao trabalho da terra e aí vê mesmo o Autor a origem da própria servidão da gleba medieval: "La terre n'est un capital utile que si elle est garnie d'hommes. Comme tous les capitalismes agraires, l'Égypte des Ptolémées cherche une forme quelconque d'attache à la glèbe. Les prodromes d'une évolution qui, mille ans plus tard, aboutira au servage, apparaissent déjà dans la "dôrea" d'Apollonios" (págs. 52-53). Enfim, são assuntos de ordem econômica em que se nota que o Autor está à vontade. O mesmo não sucede com outros setores, como o político e o cultural, que se poderia esperar fôssem igualmente tratados, dado o título amplamente promissor do volume em questão.

PEDRO MOACYR CAMPOS.

---

DOUGLAS (David). — *The Norman conquest and British historians*. Glasgow, Jackson, Son & Company, 1946, 40 págs..

Que a História não pode ser considerada independentemente das condições da época em que vive o historiador, é um fato sobre o qual poucos terão

dúvidas hoje em dia. Assim, se exceptuarmos os casos de estrita pesquisa material, em que se objetiva menos fazer História do que fornecer documentos e testemunhos aos historiadores, não há lugar, nesta disciplina, para falar-se em assunto esgotado, uma vez que cada época terá sempre a sua visão do passado, visão esta condicionada pelas características do presente do historiador. Numa conferência realizada na Universidade de Glasgow em 1946, o prof. Douglas, da Universidade de Bristol, nos dá um exemplo bem claro do que dissemos acima, abordando um fato que há mais de quatro séculos vem ocupando a atenção dos historiadores britânicos e que, apesar disto, continua a ser objeto das mais acaloradas discussões: a invasão normanda na Inglaterra.

Principia o Autor com uma ligeira referência à obra *Pastyme of Peoples*, publicada em 1530 por John Rastell, passando, em seguida, ao século XVII, quando "men of all sorts and conditions began zealously to discuss the history of eleventh-century England". John Hayward, John Selden, Henry Spelman, Robert Brady, Matthew Hale e William Temple encontram-se entre os mais importantes autores que então trataram do assunto, fazendo com que a história da conquista se tornasse acessível ao grande público. O patriotismo, o respeito à tradição e a fermentação de uma época de revoluções deram margem a duas formas de interpretação nacionalista da invasão normanda: uma, que via na glória pessoal dos reis normandos os inícios da grandeza britânica e cujos adeptos procuravam encontrar, a todo o custo, entre os ascendentes, um companheiro de Guilherme em Hastings; outra, que a considerava como um legítimo desastre nacional e que exaltava a atitude dos guerreiros de Haroldo. Por esta segunda tendência revelaram grande predileção as gerações seguintes, o que se verifica inclusive entre romancistas populares, como Kingsley (*Hereward the Wake*) e Macfarlane (*Camp of refuge*). O Puritanismo tornou o assunto um tema de reflexões morais (cf. Milton, *History of Britain*), uma vez que o desastre podia ser considerado como uma calamidade necessária à expiação de um grande pecado nacional: a decadência dos costumes dos anglo-saxões. As lutas políticas também tiveram sua participação nas controvérsias, tornando-se Guilherme um verdadeiro inimigo dos *whigs*: "If he was justly to be stigmatised as a foreign tyrant, then the lessons of his life must surely be brought home to the discontented subjects of the Stuart kings. The controversies of the Oxford Parliament were thus embellished by a documented diatribe against the first Norman King..." A revolução de 1688 criou um incômodo problema para os *whigs* ("After all, there was a third William as well as a first, and both came from overseas."), até que, em 1714, John Fortescue Aland fixou o que, daí por diante, passaria a constituir a doutrina ortodoxa dos *whigs* no assunto: "Should we allow our laws to have an uncertain Original, I fear that some people would of themselves fix their original from William the First and... I don't know what ill use the Champions of Absolute monarchy may be inclined to make of such a Concession." No início do século XVIII a questão tornou-se ainda mais colorida, quando os protestantes e liberais pintaram Guilherme como um representante do papismo e do absolutismo, vendo nos anglo-saxões os precursores da "glorious revolution".

Passando por Sharon Turner e John Lingard chegamos a Edward Freeman, que enquadrou o problema dentro da erudição típica do século XIX, comendo obra de inequívoco valor mas facilmente criticável, conforme o demonstraram Green e toda a controvérsia de que resultou o trabalho de John H. Round. Apesar de toda a erudição, Freeman não pôde escapar às condições de sua época — Vitoriana —, e revelou-se teutonista militante ao descrever os adversários dos normandos como "patriotic leaders" do "national party", cujos maiores campeões eram Godwin e Haroldo. A reação a tais idéias nacionalistas caracterizou a fase imediata, que viu os normandos sob um aspecto mais favorável, e o trabalho de não-britânicos, como o 'dinamarquês Steenstrup (*Normannerne*) contribuiu bastante para isto. De fato, foi dado, assim, início ao movimento de pesquisa do papel representado pelos escandinavos na história inglesa, sugerindo-se então que aos normandos coubera integrar as ilhas na

Europa Ocidental Latina, salvando-as do domínio nórdico. Problemas de ordem social (ligados com a introdução do Feudalismo na Inglaterra) e cultural — levando a estudos sobre a língua e a literatura anglo-saxônicas —, surgiram paralelamente aos políticos, merecendo especial referência, a este respeito, os volumes compostos pelo prof. Stenton (**William the Conqueror e Anglo-Saxon England**). Faltam ainda, entretanto, estudos suficientes sobre a Normandia anterior à data de 1066, estudos estes que são indispensáveis para que se possa formar um juízo completo com relação ao importante acontecimento.

Naturalmente, o assunto é vasto demais para ser tratado numa única conferência, mas estranhamos, ainda assim, que o Autor não faça a menor referência ao reflexo do prestígio dos sistemas filosóficos sobre a maneira de se considerar a invasão normanda. Apenas para exemplificar, lembremos que o prof. Sayles já abordou a relação entre o evolucionismo e as idéias de Freeman e achamos muito pouco provável que os próprios marxistas não tenham a sua maneira particular de encarar a invasão normanda. Isto em nada diminui o valor e o interesse do trabalho do prof. Douglas, que numa conferência a respeito de um único fato leva-nos a reflexões de ordem geral abrangendo a totalidade da História.

PEDRO MOACYR CAMPOS

---

MENÉNDEZ PIDAL (Ramón). — **El Cid Campeador**. — Coleção Austral. Espasa-Calpe, S. A. Buenos Aires. Novembro de 1950. 314 págs.

Quando, em perseverante esforço de divulgação e de consciência cultural, a produção de uma Editora alicerçou um prestígio e uma atividade conseqüentes, adquire o legítimo direito de ver realçados determinados rumos de seu louvável caminho. Este é o caso da Editora Espasa-Calpe argentina e da já muito conhecida biblioteca Austral, em língua espanhola. Alguns anos se passaram, desde que essa Coleção iniciou seus trabalhos com a obra de Ortega y Gasset, "La rebelión de las masas". Os primeiros seis volumes da Edição eram anúncio significativo do labor que se impusera; escrupulosamente atentos à fidelidade dos textos, originais ou vertidos ao castelhano por tradutores selecionados; econômicos em sua aquisição; sugestivos pela própria unidade tipográfica. E quanto ao conteúdo, empreendimento admirável, abarcando os mais diversos panoramas do pensamento universal: o ensaio e a filosofia, a política, a novela em todos os seus gêneros, a poesia, a biografia, a reportagem e a história, a fecundidade literária clássica, a ciência e a técnica. E esta soma de facetas da cultura, simbolizada na cor das capas que envolvem cada volume. Ortega y Gasset, André Maurois, Unamuno, o autor anônimo do Poema do Cid e Descartes foram os autores daqueles cinco primeiros tomos que iniciaram a Coleção Austral. Hoje, alcançou o número mil, e quis coroar esta meta, que não é senão longo trecho de um itinerário que não se interrompe, dedicando esse volume milésimo a uma obra do eminente historiador e filólogo espanhol, Ramón Menéndez Pidal. "El Cid Campeador", em primeira edição preparada por seu autor, atual diretor da Academia da Língua Espanhola, é o trabalho que a Coleção Austral acaba de lançar, assinalando esse acontecimento editorial do número mil da Biblioteca. Comemora, assim, como os editores dizem no comentário costumeiro de cada publicação, o alcance da senda percorrida, elevando essa "estátua ao herói da Raça e do Romancero que é, também, por estranho desígnio, o símbolo da língua pura de Castela".

Pareceu-me bastante oportuno, que estas linhas de saudação à Editora e de registro da nova obra de Menéndez Pidal constem, no Brasil, precisamente nas páginas da "Revista de História". Porque, embora o "Cid" constitua um

tema literário espanhol, o primeiro da primitiva época castelhana, isso que empreendeu agora Menéndez Pidal — indiscutível autoridade em tudo o que se refere a investigação, análise e crítica do "Cantar de Mio Cid" — é o estudo da personagem histórica, a vida documentada do guerreiro, a realidade do herói, que corresponde a um momento da vida medieval espanhola, num dos primeiros capítulos, e dos mais fortes em conteúdo, da Reconquista. É, pois, um livro de história espanhola. O próprio Menéndez Pidal, no prólogo que escreveu para o seu trabalho "El Cid Campeador", diz que a figura do Cid permanece como a do herói representativo "de um dos momentos mais vitais da magna luta entre os dois orbes históricos, Cristianismo e Islão" e que assim "o Cid vive em plena idade heróico-épica, como os mais cantados heróis da epopéia universal, mas, por sua vez, recebe em cheio a luz da história, que não ilumina a nenhuma das grandes figuras épicas de outros povos".

É bem conhecida, no mundo intelectual hispânico, a plural e sábia atividade de Ramón Menéndez Pidal, digno discípulo de Menéndez y Pelayo. Atividade histórica, literária, filológica, crítica e investigadora. Mas, indubitavelmente, o melhor da sua energia e do seu entusiasmo vocacional foi absorvido, creio-o, por esse "cantar de Gesta" e seu herói que, com boa e justa razão, a história literária espanhola exhibe como glória autêntica dos primeiros passos da poética peninsular. Menéndez Pidal especializou-se no exame das Crônicas espanholas, e é um dos primeiros romanistas mundiais, autor de uma Gramática histórica espanhola (1904), quando já exercia a cátedra de Filologia românica, na Universidade Central de Madri, desde fins do século passado. Foi a publicação do seu "Cantar del Mio Cid, texto, gramática y vocabulario" (1908-1912), o que o fez conquistar definitivamente a sua mundialmente conhecida hierarquia dentro do romanismo. Com um conhecimento, cada vez mais robustecido e sólido, da Idade Média Espanhola, Pidal adentrou-se pelo não fácil campo da investigação do Romance espanhol. Seu discurso de ingresso à Academia espanhola da História, em 1912, versou sobre a Crônica Geral de Afonso X, o Sábio, a mais velha compilação castelhana de anais romanos e lendas heróicas da Espanha. Pidal foi, deve-se confessá-lo, um renovador de métodos de investigação. Em 1914, fundou a "Revista de Filología" espanhola, personificação, primeiro, do seu mourejar universitário e, depois, da escola filológica que tantos discípulos tem tido. O Centro de Estudos Históricos de Madri, outro vivo testemunho do seu incansável trabalho de investigador, publicou sua útil e documentada obra "Poesia juglaresca y juglares", em 1924, inestimável contribuição para a poética medieval. Outra de suas produções culminantes foi a que se publicou em 1926, "Orígenes del español", de saliente importância na Lingüística neolatina. Mas, repetimos, o fruto, a colheita de largos e continuados estudos, espécie de obsessão de Menéndez Pidal, foi o Cid. Já em 1920 dava a conhecer as primícias do seu trabalho histórico sobre o protagonista do poema, com "La España del Cid"; para alguns críticos estrangeiros de categoria Pidal reformava, com essa obra, os conceitos tradicionais que se mantinham sobre a estrutura social da Idade Média. Seu livro de agora, "El Cid Campeador", representa uma saturação da pesquisa histórica da personagem; serviu-se ele de novas fontes. Descobriu dois veios originais da epopéia: o poético, com o "Carmen Campidoctoris", poema anônimo em latim; o próprio "Poema del Mio Cid" e o "Poema de la Conquista de Almería", escrito cinquenta anos depois da morte do Cid; e outro veio; o histórico, com o primeiro texto sobre a vida do herói na "História Roderici", anônima. Vem assim desfazer a falsa e hostil lenda negra do Cid, sustentada por certos arabistas, tais como o espanhol José Antônio Conde e o holandês Reinhardt Dozy, anulando, também, a genial audácia de Masdeu, que negara a realidade do herói castelhano.

A História e a Poesia vieram recompensar Menéndez Pidal de sua quase abnegada faina de historiador do herói castelhano. "A História e a Poesia — entenda-se; a história lealmente documentada e a poesia primitiva — mostram uma conformidade caracterizadora, e isso que não há herói épico mais

iluminado pela História que o Cid. É mais: sucede, freqüentemente, que o caráter real do Cid é de maior interesse poético que o da lenda" (pág. 18 do novo volume). Depois de uma premissa introdutória, este trabalho de Pidal desdobra-se em cinco grandes capítulos: O Cid na corte castelhana; o Cid excluído de Castela; a invasão almorávida; o Cid frente ao Emir Al-Muslimin e Mio Cid el de Valencia. Enfecha-o um epílogo, encerrando uma conclusão histórica sobre aquela época de extrema crise.

"El Cid Campeador" de Menéndez Pidal apresenta, julgo-o, o mérito superior de afirmar pesquisas sobre a história muçulmana da Espanha, principalmente ao advir na península a dinastia dos Almorávidas, que significou um ressurgimento do Islão na Espanha após a anárquica decadência dos reinos de Taifas. Foi com os Almorávidas que se perfilou a personalidade perene do herói espanhol, marcando um novo período à restauração da cristianidade. Constitui, pois, a recente obra de Menéndez Pidal, um valioso capítulo ao alcance de todos os que se interessam pela realidade espanhola, pela história da Espanha sob o domínio árabe. capítulo realizado à sombra frondosa e inspiradora da épica do Cid.

LUIS AMADOR SANCHEZ.

---

"AMERICO VESPUCCIO — EL NUEVO MUNDO — CARTAS RELATIVAS A SUS VIAJES Y DESCUBRIMIENTOS — TEXTOS EN ITALIANO, ESPAÑOL Y INGLÉS — ESTUDIO PRELIMINAR DE ROBERTO LEVILLIER". Editorial Nova. Buenos Aires, 1951. Brochura de 342 páginas com ilustrações no texto.

A "Editorial Nova" de Buenos Aires, acaba de publicar na sua "Biblioteca Americanista", todas as cartas atribuídas a Americo Vespucci, precedidas de um prefácio do ilustre historiador argentino professor dr. Roberto Levillier, personalidade esta bastante conhecida no nosso meio intelectual através do seu erudito trabalho *América la bien llamada*.

O livro ora publicado pela "Editorial Nova" é, inegavelmente, de grande utilidade para os estudiosos da história dos descobrimentos marítimos nos séculos XV e XVI, porque encerra em suas páginas a principal fonte para se conhecer das viagens e descobrimentos de Vespucci. Todavia, não pertence à "Editorial Nova" a prioridade da publicação na América do Sul de todas as cartas atribuídas ao Florentino, de vez que em 1949 elas foram por nós estampadas no boletim número 100 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo.

Tratando-se do prefácio que o erudito professor dr. Roberto Levillier escreveu para esse livro, temos a dizer que, em resumo, repete a tese que defendeu com brilho na sua citada obra *América la bien llamada* e que é a seguinte: todas as cartas atribuídas a Vespucci, são autênticas; este Florentino realizou 4 viagens ao Novo Mundo, inclusive a de 1497-1498, como narra a "Lettera a Soderini"; na sua terceira viagem, ao percorrer o extenso litoral leste da América do Sul desde o cabo S. Agostinho até a foz do atual rio Camarões que se encontra na Patagônia, descobriu o Cerro de Montevideo e bem assim o Rio da Prata.

Nesta resenha não há margem para se apreciar, como merece, a erudita tese do professor dr. Levillier com quem mantemos amistosa correspondência sobre Vespucci e suas viagens. Oportunamente voltaremos ao assunto, defendendo a nossa tese que, em essência, é aquela do notável professor italiano Alberto Magnaghi. Este emérito professor sustenta com farta documentação, inclusive a cartográfica, que das cartas atribuídas a Vespucci, só são autênticas as que ele escreveu a Lourenço de Pier Francisco de Medici respectiva-



mente de Sevilha, Cabo Verde e Lisboa, em 1500, 1501 e 1502; de acôrdo com essas cartas, o Florentino realizou apenas duas viagens à America do Sul, sendo a primeira em 1499 em parte com Hojeda e, a segunda em 1501-1502 como astrônomo e cosmógrafo da expedição portuguesa enviada por D. Manuel para explorar o litoral brasileiro. Na primeira viagem descobriu o Amazonas penetrando 15 léguas rio a dentro e na segunda, não avistou o Rio da Prata, como pretende o professor Dr. Levillier.

THOMAZ OSCAR MARCONDES DE SOUZA.

ECHARRI (Emiliano Diez). — *Teorias Métricas del Siglo de Oro* (Apuntes para la historia del verso español). Prêmio "Menéndez y Pelayo" de 1948. Madri. 1949. 355 páginas. 4 apêndices.

Licenciado em 1944 em Filologia Clássica pela Faculdade de Filosofia e Letras de Madri, cêdo alcançou Echarrri o magistério superior como catedrático de Gramática Geral e Crítica Literária na Faculdade de Letras da Universidade de Oviedo. Foi sua tese de doutoramento, em 1946, a obra de que nos propomos dar uma noticia bibliográfica. Preenche um vazio que Menéndez y Pelayo sempre apontou na história da métrica espanhola, e com grandes méritos, não só no ponto de vista crítico, como também no método de exposição da matéria e atualidade bibliográfica. Echarrri desenterrou tôdas as teorias versificatórias que andavam esquecidas nos tratados métricos espanhóis da época clássica, desde a *Arte de Poesia Castelhana* (1496) de Juan del Encina até a *Rhythmica* (1665) de Caramuel, dividindo as poéticas cronologicamente: poéticas de "cancioneiros", poéticas de inspiração petrarquista, poéticas italianas de tendência espanhola, preceptivas aristotélico-horacianas e preceptivas gramáticas. Conquanto a tese obtivesse de egrégio Tribunal a máxima qualificação, e dois anos depois se lhe conferisse o prêmio de Letras "Menéndez y Pelayo", nada impede que os curiosos de cá do Atlântico disqueteiem à vontade sôbre a novidade da publicação e o conteúdo do trabalho. São de louvar investigações desta espécie, numa época em que a Métrica atravessa uma grande crise — determinada pelas últimas conseqüências da escola romântica. O versilibrismo desbragado, o surrealismo, o dadaismo, o letrismo e outras secreções do Romantismo, se incumbiram de lavar o epitáfio da Métrica, depois de atirarem-na em meio a uma confusão tremenda. Hoje espíritos de renúncia voltam os olhos para uma sistematização histórico-crítica dos problemas versificatórios. Alguns até chegam a exorbitar as fronteiras de seu patrimônio literário, para penetrar no conhecimento da versificação estrangeira. Tal é, por exemplo, o caso de Pierre Le Gentil, continuador de Georges Le Gentil na direção dos estudos portugueses na Sorbonne, que em 1949 começou a publicação de sua tese de doutoramento sôbre a poesia ibérica dos fins da Idade-Média: *La Poésie Lyrique Espagnole et Portugaise à la fin du Moyen-Age*, de que saiu a 1.ª Parte, relativa aos temas e aos gêneros. A 2.ª Parte, de maior interesse para nós — que carecemos de estudos sistemáticos sôbre a estrutura da poesia tradicional dos séculos XV e XVI — vai versar sôbre a forma dessa poesia que circula sobretudo no Cancioneiro de Baena e no Cancioneiro Geral de Garcia de Rezende. A obsessão destes derradeiros anos do século é digna de nota: em França a obra de Georges LOTE (*Histoire du vers français*, 1.ª Parte: *Moyen-Age*, 3 vols.), obra monumental que vem suceder aos trabalhos clássicos de Paul Verrier, que em *Vers Français* (3 vols., 1931-1932) estuda a formação do poema, os metros e as adaptações germânicas. A obra de LOTE está ainda em fase de publicação. Quanto à tese de Echarrri: o ilustre metricista lastima que certos problemas relativos à história do verso castelhano não tenham sido tratados até hoje. Concordamos com que o autor

procure exumar beneditinamente dos arquivos os antigos tratados métricos e ver neles o que existe de permanente para a solução dos problemas da métrica românica; mas o trabalho devia transcender essa fase preliminar, que ainda não é a altura a que chegaram os trabalhos de LOTE, Verrier e Le Gentil. O autor precisa ainda — e o que é mais importante — estabelecer sistematicamente as normas do verso, delineando, à luz dessas teorias métricas, a história da versificação castelhana no período clássico. É disso que se ressentem a história da métrica espanhola, esparsa e sem método nas obras de Menéndez y Pelayo, de Pidal, nos ensaios de Ureña, de Lang, de Arnold, de Vossler, de Aurélio Espinosa, de Hanssen, de Milá y Fontanals, de Morley e tantos outros. Os valores positivos que se colhem da exposição dessas teorias versificatórias, podem ser divididos em dois tópicos: problemas que ainda palpitam na poética contemporânea; a atribuição de paternidade a certas idéias que se desenvolveram nos tratadistas modernos. Entre as questões que agitam ainda hoje o estudo da poesia, estão as páginas admiráveis daqueles teóricos do Século de Ouro sobre a essencialidade da rima à poesia, sobre o acento rítmico e o acento prosódico, e — o que é mais palpitante em nossos dias — as diferenças entre a Prosa e a Poesia, com o particular empenho sobre os valores **elocutivos** de uma e outra formas de expressão. O valor histórico dessas preceptivas poéticas é apreciável: quantas idéias modernas não são mais do que um alargamento ou visão nova de factos que já foram observados e tratados por esses metricistas dos tempos clássicos. Nebrija havia já, no fim do séc. XV, previsto a compensação da **quantidade** silábica da poesia latina pela rima da poesia românica, além de que nesse mesmo gramático e na poética de Encina já encontramos afirmações categóricas de que a rima procede do hinário eclesiástico. Muitos destes tratadistas estão concordes em que a rima não era desconhecida dos poetas latinos, mas que a não praticavam por reconhecerem nela um recurso poético desprezível (naturalmente porque ela existia na poesia popular). A Nebrija também se deve a fórmula "chave de ouro" — tão comum nos nossos manuais de versificação — com que se deve atingir a unidade estética do soneto. O fenómeno da sinalefa entre verso e verso, muito antes de Mussafia, já García Rengifo (1592) havia assinalado (p. 129). A célebre questão do "verso em potência" e do "verso em ato", três séculos antes do abade Bremond, Juan de Villar (p. 139) expõe com admirável clarividência. São bem conhecidas as idéias do autor de **Poesia e Prece**, de **Poesia Pura**, para quem o mistério da realização expressiva do verso consiste numa espécie de "corrente elétrica" que só atravessa o verso quando este attingiu a sua forma verdadeira. Outro problema, que vem desde Aristóteles, é o que se refere aos valores expressivos, às virtudes dos fonemas, que tem páginas preciosas em Cascales — consumado latinista espanhol do século XVII, que leu as suas pesquisas aos tratadistas do Simbolismo (na intuição poética de Rimbaud e na teorização da escola em René Ghil), e sobretudo ao foneticista Maurice Grammont, que tantas conquistas realizou nesse campo da linguagem poética. Por fim, entre tantas outras informações históricas apreciáveis, as páginas candentes de erudição do Padre Carvalho, metricista asturiano do século XVII. Em seu **Cisne de Apolo** (1602), Carvalho define a **quadra** como correspondente à estrofação espontânea da poesia popular. O grande metricista românico G. Meyer afirmava que a "estrofe de quatro versos é uma forma preferida em todos os casos de poesia popular". E Hermann Gumbel ajunta: "Para isto não há outra explicação que não seja a geral disposição do espirito humano" (**Poesia e Povo**, in **Filosofia de la Ciencia Literaria**, Ermatinger e outros, México, 1946, pág. 86). Afora estas informações — que ajudam a estabelecer a paternidade de tantas idéias e teorias contemporâneas sobre os problemas da poesia, o trabalho de Echarri apresenta um interesse estritamente nacional. Dotado de admirável erudição, que tão cedo se pôs a trabalhar, promete o autor trabalhos que vamos esperar com ansiedade muito maior. Na sua **Introdução** (pág. 39) Echarri não nos parece ter sido muito feliz em duas passagens sobre fenómenos poéticos que ainda não foram tra-

tados na poesia castelhana: "Questiones como las que se refieren a la relación de metro y asunto"; e a relação que existe entre a estrutura na poesia lírica e a estrutura na poesia épica. O autor, que dispõe de uma bibliografia exaustiva, não menciona uma obra e um ensaio de Menéndez Pidal, capitais para o caso: *Flor Nueva de Romances Viejos* e *Historia Troyana Polimétrica*. Ora, sobre os ritmos próprios da poesia lírica e da poesia épica, Pidal já havia se pronunciado nestes dois trabalhos e com largas considerações. Basta ler as páginas introdutórias do primeiro; e, no ensaio sobre o poema dos fins do século XIII, *Historia Troyana Polimétrica*, Pidal exalta o autor anônimo do poema e lhe confere uma posição de alto relêvo na história da poesia espanhola, justamente pelos méritos que tem o poeta no afã de conseguir sempre uma adequação entre a forma e o fundo que se observa em certos fragmentos da *Troyana*. É essa busca da conciliação entre o metro e o conteúdo que não vemos no repertório estrófico tão rico das poesias de Afonso X, seu contemporâneo. Pois bem: Pidal se detem a examinar sob esse ponto de vista, e com uma intuição rara, as passagens do poema anônimo.

S. SPINA

---

SCHMID (Albert). — Os Rezingões. Uma Legião Estrangeira, de Alemães, a serviço do Brasil, na guerra contra Rosas. Tradução Ortografada e anotação do Jeneral Klinger. Separata de "A Defesa Nacional", n.º 438 a 441, de janeiro a abril de 1951, dedicada ao Instituto Hans Staden. Imprensa Militar. Rio de Janeiro, 1951, 64 pp.

O estudo de A. Schmid, cujo original escrito em língua alemã tem o título "Die Brummer", tornou-se acessível ao público interessado com essa tradução. O A. procura reconstruir não só a vida militar, mas também a influência cultural dos legionários alemães, recrutados em 1850-51 para servirem na guerra contra Rosas.

Esses legionários são conhecidos pelo nome "die Brummer", que o gal. Klinger traduz por "os Rezingões". "Brummer" era o nome dado pelos legionários às grandes moedas de cobre de dois vintens, que se assemelhavam a certa moeda de sua pátria, assim denominada. O termo, passando para a linguagem do povo, logo foi empregado para designar os próprios legionários. Talvez com esse nome também se pretendesse designar a propensão dos legionários para a rezingação. Pelo menos é esta a explicação que o A. dá sobre a origem do apelido dos mercenários.

Não foi essa a primeira vez que o Império recorreu a mercenários europeus para fortalecer o seu poder militar. Apesar do fracasso da tentativa de 1824, em que D. Pedro I quis substituir as tropas portuguesas repatriadas por estrangeiras (em suas notas, o tradutor refere-se ainda a uma segunda tentativa, por ocasião da revolta dos cabanos no Pará), D. Pedro II resolveu mandar para Hamburgo Rego Morais, com a missão de recrutar aí uma legião. As condições sob as quais os mercenários iam servir no Brasil não eram, de modo geral, desvantajosas. Organizou-se uma legião com cerca de 1.800 homens. Tratava-se geralmente de oficiais e soldados veteranos. A legião compunha-se de um batalhão de infantaria, um grupo de artilharia e duas companhias de sapadores.

Mal tinham desembarcado no Brasil, começaram as dissensões e desordens entre os mercenários e especialmente entre os oficiais. Doenças, suicídios e deserções por descontentamento diminuíram-lhes o número. Tais acontecimentos fizeram com que Caxias se negasse a empregar o batalhão de infantaria como unidade constituída. Ao passo que a maioria dos legionários ficou no acampamento, uma pequena parte, incorporada à divisão de Marques de Sou-

sa, lutou bravamente na batalha de Monte Caseros. Depois da vitória brasileira, a legião, transportada para o Rio Grande do Sul, diminuiu de tal forma que, após quatro anos de contrato, em 1855, quando foi dissolvida oficialmente, restavam apenas 200 legionários.

Para explicar o malôgro completo dessa legião, o A. aponta várias causas. Como em tôdas as legiões de mercenários, também aqui apareceram alguns aventureiros de caráter duvidoso, e, além disso, os mercenários não foram selecionados qualitativamente, sendo que muitos não tinham instrução militar alguma. Os comandantes das unidades não intervieram no recrutamento de seus subordinados, e assim os chefes só travaram conhecimento com os soldados antes da partida para o Brasil. A causa principal foi, sem dúvida, o péssimo exemplo e a indisciplina dos oficiais. Tanto o ministério de guerra, como Caxias não fizeram nada para elevar o nível da legião. O equipamento da legião era falho e inadequado às condições do país. Até certo ponto, o malôgro também é devido à mudança de ambiente e à alimentação desacostumada.

Militarmente sem importância, os legionários, entretanto, tiveram um papel significativo na colonização do Rio Grande do Sul. Apesar de tudo, a maioria dos legionários tinha desfrutado uma boa educação na Alemanha, e assim muito contribuíram para aumentar o nível cultural e material dos primeiros imigrantes alemães, que até então viviam aí quase completamente isolados. A sorte de muitos "rezingões" foi muito triste; entretanto, dessa legião saíram homens, como por exemplo Koseritz, que se salientaram na vida política e cultural do país. Sem dúvida alguma, a vida econômica, política e cultural do Rio Grande do Sul foi bastante influenciada pelo estabelecimento dos "rezingões".

É um trabalho imparcial que se lê com interesse e proveito, sendo a leitura apenas um pouco dificultada pelo ortografia do General Klingner.

MARIA TERESA SCHORER.